

LEMOS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
115 p. (Primeiros Passos, n. 51)

“Defender o nosso patrimônio histórico e artístico-cultural é alfabetização”, já dizia na década de trinta, Mário de Andrade. Ao incluir na sua coleção “Primeiros Passos” o tema do patrimônio histórico a Editora Brasiliense está contribuindo para esta tarefa. No caso, o alfabetizador é também o professor de Arquitetura da USP, Prof. Carlos Lemos.

O livro é eminentemente didático. A linguagem é coloquial. A leitura é fácil. Não que a questão do patrimônio seja uma questão simples. Não o é. É, dentro da turbulenta área das questões culturais, uma das mais complexas. A sua complexidade, é bem verdade, andou meio escondida, nestes anos, do Brasil. Por motivos diversos. Positivos e negativos. Um deles por exemplo foi o discreto, quase isolado, mas coerente desempenho do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN do MEC que, se por um lado cumpriu a tarefa de preservar alguns importantes monumentos arquitetônicos de valor histórico ou artístico, por outro não estimulou um debate social e sobretudo uma participação social mais ampla sobre os limites daquilo que podemos chamar de patrimônio histórico de uma nação. Este debate e esta participação tomaram mais força nos últimos anos quando Aloísio Magalhães a partir de um conceito mais abrangente, o conceito de bem cultural, libertou o IPHAN de um compromisso de preservar apenas o monumento, de pedra e cal, vinculado à memória da elite na maioria das vezes. Esta abrangência, defendida aliás pelo próprio Mário de

Andrade, em seu projeto original para o Ministro da Educação Gustavo Capanema, é logo de saída apontada por Carlos Lemos, no primeiro capítulo — Patrimônio Cultural — dividido em três grandes categorias: a) os elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente; b) os elementos referentes ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber fazer; c) e finalmente os elementos chamados bens culturais que englobam toda sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer. Depois de incursionar com maiores detalhes na questão dos artefatos, no seu segundo capítulo, o Prof. Lemos dedica seu livro a responder três questões fundamentais: Por que preservar?, O que preservar? e Como preservar?

A questão sobre preservar para consolidar e definir uma identidade cultural da nação é necessariamente abordada. Com a precaução devida de ressaltar a vinculação desta identidade com os interesses eventualmente dominantes na sociedade, e de evidenciar a diferenciação e complexidade dos vários interesses que no processo cultural, como processo histórico, ajudam a desenhar esta identidade cultural.

Na questão sobre o que preservar, ênfase é dada à preservação não a monumentos isolados mas à preservação urbana. Onde o traçado urbano, o uso, e mesmo a cidade como um conjunto dinâmico sofrendo injunções permanentes devem também ser objeto da proteção como patrimônio histórico de uma nação.

Finalmente na terceira questão — como preservar — ênfase é dada à questão da conservação de bens culturais arquitetônicos. A partir da regra de ouro nem sempre obedecida pelos nossos restauradores, que exige manter o edifício restaurado em uso constante e não como museu fechado, limpo, mas isolado, o Prof. Lemos discorre sobre os vários métodos de restauração arquitetônica. Levando em conta os padrões e recomendações da Carta de Veneza, e do compromisso de Brasília, o Prof. Lemos tanto enfatiza a necessidade do planejamento e da atenção ao interesse social na preservação, quanto condena a "romântica" mas falsa preservação feita em Parati, por exemplo.

A observação a ser feita, ao terminar a leitura deste trabalho, é que a amplitude concedida inicialmente ao conceito de patrimônio histórico e bem cultural não foi vivida no correr dos capítulos. Há uma redução do patrimônio histórico ao patrimônio arquitetônico e urbano. Isto se explica talvez pela formação profissional do autor que naturalmente o conduz a enfatizar as questões de sua disciplina. Talvez pela própria natureza do livro que tem que ser curto e simples. Mas talvez, com certeza, pela falta de experiência concreta tanto por parte do Estado quanto por parte da nossa sociedade em preservar outros bens culturais como nossas paisagens, nossas frutas, nosso artesanato, nossas músicas, cantos e lendas, nossa tecnologia popular, etc.

O país encontra-se agora em momento importante no que diz respeito ao seu patrimônio histórico. Existe já uma conscientização tanto a nível do Estado, quanto a nível da sociedade, sobre a necessidade de preservar de um desenvolvimento por vezes predatório, uma parte expressiva de seu patrimônio histórico, artístico e cultural. Existem já instituições tanto estatais (federais, estaduais e municipais), quanto civis, as diversas associações de bairro, de cidades históricas, preocupadas e agindo em defesa do patrimônio histórico. Importa agora é conceituação e política que norteiem a atuação de todos de modo que a preservação não seja uma atividade passadista, elitista e estatizante. Mas ao contrário, seja um modo de garantir o futuro, de estimular a democrática participação de todos os grupos e classes sociais na feitura e permanente mudança da cultura brasileira.

Joaquim de Arruda Falcão

Fundação Joaquim Nabuco